dias preso, e depois falaram que ele era inocente. Que iustica é essa no Brasil? Prende-se inocente? Que dirá os pretos e pobres, que muita gente fala o tempo todo? O que acontece

É só uma colocaçãozinha que eu coloco aqui. Agora, é a pessoa ideal? Só cabe à sociedade julgar. Agora, como iniciei o meu discurso, pelo menos o presidente Bolsonaro demonstrou para o Brasil o que é o Supremo Tribunal Federal. Estou agui falando do palangue da tribuna - viu, deputado

Reis? -, mas já teve deputado que foi cassado falando da tribuna também. Você não pode falar nada. Eu só estou falando o que é.

É uma indicação. É uma indicação, não é o saber jurídico que vai ser reprovado. Não vai. Ele é senador da República. O cara é senador, foi governador do Maranhão, é ministro da Justiça. Ele vai ser reprovado pelo quê? Porque recebeu a rainha do tráfico, que falaram aí, ou foi na Maré sozinho?

Ficam minhas colocações, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - ALEX MADUREIRA - PL - Obrigado, deputado Conte Lopes. Seguindo a lista, deputado Carlos Giannazi. Vai falar pelo tempo remanescente da nossa sessão. O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA

DOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de volta à tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer um apelo aos 94 deputados e deputadas, porque nós vamos votar agora, no final de dezembro, o projeto mais importante que a Assembleia Legislativa vota, que é o projeto da Lei Orçamentária, a LO, o projeto que vai financiar todas as políticas públicas e sociais do nosso estado.

Existem várias emendas que foram apresentadas. Eu apresentei as emendas do meu mandato. Sr. Presidente. Entre elas - apresentei várias - eu quero destacar a Emenda nº 1, que é a primeira emenda apresentada ao Orçamento para 2024. Ela tem número, é a número um.

É a emenda que garante recursos orçamentários para que o estado de São Paulo devolva os valores confiscados dos aposentados e pensionistas durante praticamente dois anos, fruto do confisco do Doria e do Rodrigo Garcia, que infelizmente foi fruto da aprovação da reforma da Previdência, aprovada aqui no plenário, e depois fruto de um decreto publicado pelo ex-governador Doria, que prejudicou mais de 600 mil aposentados e pensionistas do estado de São Paulo.

Depois de muita luta, nós conseguimos derrubar esse confisco, mas agora o governo tem que devolver, com juros e cor-reção, o que ele roubou, o que ele assaltou, o que ele confiscou dos aposentados e pensionistas.

Então apresentei a emenda. Não tem como errar. Emenda nº 1 ao Orçamento. Nós vamos lutar para que ela seja aprovada, mas para isso nós precisamos do apoio dos 94 deputados e deputadas.

Também, Sr. Presidente, eu tenho um PLC tramitando aqui, o PLC nº 9. Não é a PEC nº 9, não. A PEC nº 9 é aquela PEC nefasta do governador, que pretende reduzir o orçamento da Educação? O meu é PLC, é Projeto de Lei Complementar  $n^{\rm o}$  9, de 2023, que garante também essa devolução?

É um projeto importante, estratégico, que tem que ser votado aqui pela Assembleia Legislativa, para que nós possamos fazer justiça com os aposentados e pensionistas que foram tungados, foram roubados e assaltados durante praticamente dois anos. Sr. Presidente. Dois anos de confisco. Esse dinheiro tem que ser devolvido.

. Também aproveito para dizer que, do dia oito ao dia 18, o Supremo Tribunal Federal volta a fazer o julgamento das Adins que versam sobre o confisco. Ou seja, nós também temos a luta no Supremo Tribunal Federal para que não haja mais confisco em nenhuma prefeitura, em nenhum estado do Brasil.

Por isso que nós acompanhamos com lupa esse julgamento outros que já iniciaram e foram interrompidos por conta do pedido de vista de algum ministro do Supremo, mas agora do dia 8 ao dia 18 haverá um novo julgamento.

Então volto aqui para a Assembleia Legislativa Sr. Presidente, falei do Supremo, que é importante que as pessoas acompanhem esse julgamento, porque ali a gente pode ter uma vitória importante que coloque fim definitivo ao confisco em todo o Brasil e impeça também que o governo atual possa editar um novo decreto confiscando os aposentados e pensionistas.

Mas agora o que nós podemos fazer de imediato aqui pela Assembleia Legislativa é aprovar a nossa Emenda nº 1 à LO, à Lei Orçamentária, e o nosso PLC 9/23 para devolver com juros e correção tudo o que foi confiscado, todo o valor, todo o dinheiro confiscado dos aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ALEX MADUREIRA - PL - Obrigado, deputado Giannazi.

O SR. REIS - PT - Pela ordem. Sr. Presidente. Uma comunicação? O SR. PRESIDENTE - ALEX MADUREIRA - PL - Pela ordem, deputado Reis. Tem o senhor a palavra.

O SR. REIS - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente eu só quero relatar aqui, presidente Alex Madureira, que ontem o líder do Governo pediu na reunião da CCJ vista a um projeto de minha autoria que cria o Dia do Veto, um projeto que estabelece o dia 28 de Setembro como o Dia do Veto, por conta de um projeto de minha autoria que o governador vetou que resolveria ou que buscava resolver a questão dos policiais civis, que quando vão se aposentar, se não tiverem cinco anos na classe, eles voltam para a classe anterior, que é inconstitucional. Mas foi só o meu projeto que foi vetado.

Eu estou levantando todos os vetos nesta Casa. O governador Tarcísio de Freitas já vetou 99 projetos, 99 vetos totais e 34 vetos parciais. E eu estou fazendo uma análise porque tem projetos lá que não caberia veto, porque a Constituição Federal estabelece que o projeto pode ser vetado por inconstitucionalidade ou quando contrariar o interesse público.

Então nós temos vários projetos que não são inconstitucionais e que não contrariam o intéresse público e mesmo assim o governador Tarcísio de Freitas, que recebeu o título de "vetador--geral do estado" não teve piedade, passou a caneta vetando, só que ao observar as razões de seu veto a gente observa que ele exorbitou do seu papel quando ele provocou esse veto.

Então por isso, por conta dessa quantidade de vetos, que ele vetou mais proietos do que os dois governadores anteriores, nos últimos dois anos, é que nós fizemos esse projeto para criar o Dia do Veto. E eu não fiquei muito satisfeito porque eu nunca vi um negócio desse, o líder do Governo guerendo vetar o Dia

Então por isso que nós vamos na próxima reunião, deputado Thiago Auricchio, se não houver acordo, continuar a obstrução, porque ontem até tinha já me convencido que não faria obstrução para que os projetos fossem analisados, mas o governo não pode, ele mesmo, se auto obstruir.

O SR. REIS - PT - E para encerrar os trabalhos de hoie. havendo acordo de lideranças, eu peço o levantamento da preconto coccão Sr Procidento

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Posso ainda falar pela ordem? Uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - ALEX MADUREIRA - PL - Por favor,

deputado Suplicy. O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - PARA COMUNICAÇÃO

- Gostaria de informar que ontem, conforme requerimento aprovado aqui na Casa, eu tive a honra de participar da 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, ocorrida em Belo

Um evento que foi o major encontro de pessoas da área jurídica de advogados no Brasil e no mundo; 22.000 advogados estavam lá presentes e nesta ocasião eu presenteei com meu livro "Renda básica de cidadania: a saída é pela porta" tanto o presidente do Conselho Federal da OAB, José Alberto Simonetti, também ao Dr. Elton José Assis, conselheiro federal em Rondônia e vice-presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais, que justamente presidiu o Painel Efetividade Constitucional dos Direitos Sociais, onde eu tive a honra de realizar minha palestra. onde eu propus ao Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil que possa recomendar ao presidente Lula e aos seus ministros a formação de um grupo de trabalho para estudar as etapas da gradual evolução do Programa Bolsa Família em direção à universalização da renda básica.

Tal proposta foi aprovada, tanto pela mesa, quanto pela maior parte dos que estavam assistindo à minha palestra. Portanto, vai constar dos Anais da conferência. Fiquei muito contente por ter sido recebido com muito carinho pela organização do evento, hem como dos participantes que ao final fizeram uma fila de mais de cem pessoas para tirar fotos comigo

Muito obrigado, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - ALEX MADUREIRA - PL - Obrigado, nobre deputado Eduardo Suplicy. Atendendo ao pedido do deputado Reis, havendo acordo de lideranças, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para uma sessão ordinária amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 6 minutos.

## 1° DE DEZEMBRO DE 2023 148<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

## **RESUMO**

PEOUENO EXPEDIENTE

- PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO Abre a sessão

2 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - RFIS Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento. 5 - EDUARDO SUPLICY

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de liderancas. 6 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 04/12, à hora regimental, sem Ordem do

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. André do Prado.

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente

Pequeno Expediente.

Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputada Thainara. Ausente. Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Paulo Fiorilo. (Pausa.) Alex Madureira. (Pausa.) Eduardo Suplicy, com a palavra para o Pequeno Expediente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Caro presidente André do Prado, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar quero aqui saudar essa ótima notícia: a senadora, agora ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, do governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi escolhida como uma das mulheres mais influentes de 2023 pelo jornal britânico

É a única brasileira selecionada. Em texto de Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile e ex-alta comissária para os Direitos Humanos da ONU, a ministra brasileira é descrita como uma política empenhada em proteger a floresta amazônica e diminuir as taxas de desmatamento.

"O mundo enfrenta uma tripla crise de alterações climáticas, poluição e perda de biodiversidade. Como ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Brasil, Marina Silva está no centro dessa crise", diz trecho do texto, que destaca a trajetória da ministra na política. "Marina continua a liderar o esforco para construir resiliência climática e restaurar o ecossis tema conhecido como 'os pulmões do planeta'.

A biografia diz também que Marina cresceu perto da floresta tropical, em uma pequena comunidade de seringueiros, e se tornou a primeira pessoa de sua comunidade eleita para o Senado brasileiro. Também menciona a primeira vez em que a ministra foi nomeada para comandar o Ministério do Meio Ambiente, em 2003.

Presidente André do Prado, eu tive a honra e a felicidade de ter Marina Silva como minha colega no Senado. Eu havia sido eleito em 1990 e em 94 ela chegou. Foi, inclusive, uma das líderes da nossa bancada, com cinco senadores, naquele período.

Eu sempre tive com ela uma amizade muito profunda e portanto, essa informação, eu a registro aqui com muita felicidade e alegria. Parabéns, Marina Silva, por nos representar

O presidente Lula fez, hoje, um discurso na sessão de abertura da COP 28, em que ressaltou: "É hora de enfrentar o debate sobre o ritmo lento da descarbonização do planeta e trabalhar por uma economia menos dependente de combustíveis fósseis. Temos de fazê-lo de forma urgente e justa, afirmou Lula. Ele discursou na abertura da COP 28, realizada a partir desta sexta-feira, 1º de dezembro, em Dubai, dos Emirados Árabes Unidos.

Uma mulher africana, queniana, Wangari Maathai, vencedora do prêmio Nobel da Paz, sintetizou bem o dilema da humanidade em relação à natureza. Ela disse: "A geração que destrói o meio ambiente não é a geração que paga o preco

O painel intergovernamental sobre mudanças climáticas alertou que temos somente até o final desta década para evitar que a temperatura global ultrapasse 1,5 grau acima dos níveis pré-industriais. Dois mil e vinte e três já é o ano mais quente dos últimos 125 anos.

A humanidade sofre com secas, enchentes e ondas de calor cada vez mais extremas e frequentes. No Norte do Brasil, a Amazônia amarga uma das mais trágicas secas da sua história. No Sul, tempestades e ciclones deixam um rastro inédito de destruição e morte. A ciência e a realidade nos mostram que dessa vez a conta chegou antes, o planeta já não espera para cobrar da próxima geração.

O planeta está farto de acordos climáticos não cumpridos. de metas de redução de emissão de carbono negligenciadas, do auxílio financeiro aos países pobres que não chegam, de discurso, eloquência e vazios. Precisamos de atitudes concretas.

Enquanto os líderes mundiais estão de fato comprometidos em salvar o planeta, somente no ano passado o mundo gastou mais de dois trilhões 224 milhões de dólares em armas, a quantia que poderia ser investida no combate à fome e no enfrentanento da mudança climática.

Quantas toneladas de carbono são emitidas nelos mísseis que cruzam o céu e desabam sobre civis inocentes, sobretudo crianças e mulheres famintas. A conta da mudança climática não é a mesma para todos, e chegou primeiro paras as populações mais pobres.

Um por cento mais rico do planeta emite o mesmo volume de carbono que 66% da população mundial. Trabalhadores do

campo que têm suas lavouras de subsistência devastadas pela seca já não podem alimentar suas famílias. Moradores das periferias das grandes cidades que perdem o pouco que têm quando a enchente arrasta tudo, casas, móveis, animais de estimação e seus próprios filhos.

A injustiça que penaliza gerações mais jovens é apenas uma das faces das desigualdades que nos afligem. O mundo (Inaudível.) disparidades inaceitáveis de renda, gênero e raça. Não é possível enfrentar a mudança do clima sem combater as desigualdades

Sr. Presidente, para não abusar do tempo, eu peco a gentileza de que seja registrado na íntegra, nas notas taquigráficas, esse discurso tão importante, significativo pronunciado pelo presidente Lula na abertura da COP neste dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado. deputado Eduardo Suplicy. Em relação ao pedido de V.Exa. peço à nossa Secretaria que esse discurso possa ser publicado na íntegra a pedido de Vossa Excelência.

Dando seguência aos oradores inscritos, com a palavra a deputada Fabiana Barroso. Ausente. Com a palavra o deputado Reis, que tem cinco minutos do tempo regim

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o presidente, deputado André do Prado, cumprimentar o público presente, os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica, e também cumprimentar todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp, presidente André do Prado, eu estou fazendo o levantamento dos projetos que foram aprovados nesta Casa no ano de 2023 e os vetos que foram aprovados durante esse período. Foram 133 projetos, entre projetos de lei e projetos de lei complementar. Desses 133, nós tivemos 99 vetos totais e 34 vetos parciais.

Analisando - porque o governador, quando ele veta um projeto, ele tem que justificar, é o que diz a nossa Constituição , os vetos se dão ou por inconstitucionalidade, ou por contrariar o interesse público. Mas, fazendo uma análise bem aprofundada dos vetos, nós temos vários projetos que foram vetados, e que não caberiam veto, porque não contrariam o interesse público e também não são inconstitucionais.

No total de vetos, nós temos quatro vetos, regulação por norma infralegal sugerida. Ou seja, foi vetado e o governador sugeriu um projeto de sua autoria. Tivemos seis vetos por inobservância das técnicas legislativas.

Essa questão das técnicas legislativas é coisa que eu entendo que - aqui tem uma procuradoria, os deputados têm os seus assessores jurídicos - são coisas que podem ser consertadas no meio do caminho, se é questão da técnica.

Redação equivocada e inconsistente: sete projetos foram vetados por redação equivocada e inconsistente; sete foram vetados por redação genérica e insuficiente; oito porque o governador entendeu que era dispensável, não tinha necessidade. Nesse caso já não está dentro do que diz a Constituição Federal, interesse público e inconstitucionalidade.

Cinco por desequilíbrio nos contratos firmados com a administração pública; 19, ausência de estimativa de impacto orcamentário - então essa é uma questão em que o parlamentar tem que pedir estudo de impacto orçamentário -; três, contrário ao interesse público; 24, política pública já existente; 37, arcabouço jurídico existente.

É muito estranho isso, como que um parlamentar apresenta um projeto que já tem uma legislação, e nós temos todo um sistema de pesquisa nesta Casa, que não era para permitir que isso acontecesse?

Dezenove por questões técnicas; 15, incompatibilidade com normas infraconstitucionais; 50, incompatibilidade com a Cons tituição Federal e com a Constituição Estadual; e 88 projetos foram vetados por vício de iniciativa. São aquelas matérias que quem tem que prover é o governador, não o parlamentar.

Tem um caso aqui, que é o PL 385, do deputado Simão Pedro. O veto do governador não caberia nesse projeto. Ele disse que já existe uma legislação, e por isso ele vetou. Mas, na realidade, o projeto do deputado Simão Pedro, o 385 de 2012, não é inconstitucional e também não contraria o interesse

E ele propôs o aperfeiçoamento de uma política já existente. A justificativa apresentada pelo Sr. Governador é inconsistente, pois o fundamento utilizado - para terminar, Sr. Presidente é que o estado de São Paulo já possui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, Peapo, instituída pela Lei nº 16.684, de 19 de marco de 2018, regulamentada pelo Decreto nº 66.508, de 15 de fevereiro de 2022.

Ou seja, os requisitos para o veto total não são cumpridos, uma vez que o projeto não é inconstitucional e não contraria o interesse público. O que o deputado propôs foi que a política já existente, esse projeto já existente, que ele fosse aperfeiçoado. Eu guero, em outros momentos, ir analisando todos esses

vetos e demonstrando que tem vários projetos dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas em que não caberia veto, mas que o governo vetou por vetar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, deputada Ediane Maria. Ausente. Deputada Leci Brandão Ausente. Deputado Luiz Fernando Teixeira. Ausente. Deputado Paulo Mansur. Ausente. Deputado Rodrigo Moraes. Ausente. Deputado Jorge Wilson, Ausente, Deputado Sebastião Santos. Ausente, Deputado Dr. Elton, Ausente, Deputado Carlos Gian nazi. Ausente.

Deputado Donato. Ausente. Deputado Lucas Bove. Ausente Deputado Conte Lopes. Ausente. Deputado Marcos Damasio. Ausente. Deputado Major Mecca. Ausente. Deputado Simão Pedro. Ausente. Deputada Andréa Werner. Ausente. Deputada Beth Sahão. Ausente.

Pela Lista Suplementar, com a palavra o deputado Major Mecca. Ausente. Deputado Enio Tatto. Ausente. Deputado Sebastião Santos. Ausente. Deputado Simão Pedro. Ausente. Deputado Carlos Giannazi, Ausente, Deputado Eduardo Suplicy. Com a palavra, pela Lista Suplementar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Caro Presidente André do Prado, eu quero aqui registrar duas importantes notícias no dia de hoje: uma que o caso do massacre de Paraisópolis completa quatro anos sem decisão da Justica sobre os 13 PMs acusados de matar nove jovens num baile funk.

O caso conhecido como Massacre de Paraisópolis continua sem qualquer decisão de Justiça sobre os 13 policiais militares que participaram das mortes dos nove jovens durante o baile

De acordo com o Ministério Público, em primeiro de dezembro de 2019, os agentes da PM entraram em Paraisópolis e encurralaram as vítimas num beco sem saída, provocando as mortes de oito delas por asfixia e uma por traumatismo.

Nenhum dos mortos morava no bairro. Os nove, também tinham sinais de que foram pisoteados. Outras 12 pessoas que estavam na festa ficaram feridas e sobreviveram.

Os PMs alegaram que perseguiam dois suspeitos de roubo que estavam numa moto, mas que nunca foram encontrados. Um filme sobre os nove mortos em ação da PM em Paraisópolis contesta a versão do acidente. E hoje à tarde, na Avenida Paulista, em frente ao MASP, haverá uma manifestação solidária àqueles jovens que foram, então, mortos. E gostaria também de assinalar que, de acordo com a Pro-

motoria da Saúde Pública, 3,8 pacientes aguardam tratamento oncológico no SUS da cidade de São Paulo, número 24% maior do que o registrado em maio. A espera chega a 200 dias.

Então, o Ministério Público Estadual de São Paulo acusa a gestão do governador Tarcísio de Freitas e de seu secretário da Saúde Eleuses Paiva de omissão na gestão da fila de pacientes à espera de tratamento para o câncer na cidade.

Segundo o Ministério Público de São Paulo, o número de doentes que esperam por tratamento vem crescendo mês a mês, sem que a gestão apresente medidas para ampliar a assistência oncológica.

Em recomendação expedida na última segunda-feira, a promotora Dora Martins Strilicherk, da Promotoria de Justica de Direitos Humanos e Saúde Pública, destaca que tenta, desde o primeiro semestre, ter acesso a dados que mostrem o tamanho da demanda e dos atendimentos feitos, mas que em diferentes reuniões as informações não são apresentadas pela pasta estadual.

Assim, venho aqui fazer um apelo ao governador Tarcísio e ao secretário da Saúde para que possam logo tomar as providências para que esses 3,8 mil pacientes venham a ter a devida assistência à saúde pelo sistema de Saúde da cidade de São Paulo e pelo SUS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Havendo concordância dos

líderes, peço que haja o levantamento da sessão. O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 20 minutos.

# 4 DE DEZEMBRO DE 2023 149<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

### **RESUMO**

PEOUENO EXPEDIENTE

- GILMACI SANTOS Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - EDUARDO SUPLICY Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento. 5 - PAULO FIORILO

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - EDUARDO SUPLICY Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS Critica matéria da "Folha de S.Paulo" acerca de eventual comissão de representação para a posse de Javier Milei,

presidente da Argentina, eleito no último pleito. 8 - PAULO FIORILO

Para comunicação, faz pronunciamento. 9 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento. 11 - PAULO FIORILO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças. 12 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 05/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 16 horas e 30 minutos. Levanta a sessão

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

- Passa-se ao

# PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Neste momento, entrando no Pequeno Expediente e convidando para fazer o uso da palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Beth Sahão. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.)

Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, deputado Gilmaci Santos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, quero saudar os nossos colegas do Magistério estadual, os profissionais da Educação, presentes aqui na Assembleia Legislativa, na luta contra a redução do orçamento da educação, contra a demissão em massa de professores categoria "O".

O governo pretende encerrar os contratos de milhares de professores admitidos em 2018, 2019 e 2020. Isso vai gerar um verdadeiro colapso no Magistério e também na rede estadual em todo o processo ensino-aprendizagem Estão agui também os nossos professores e as nossas

professoras da rede estadual contra o critério que foi estipulado, agora, criado pelo governo, de assiduidade, da farsa da assiduidade, da presença na escola, para punir os professores, descontando faltas de licença-prêmio e de licença-saúde, um verdadeiro absurdo que nós estamos denunciando.

O governo tem que retirar esse critério que está prejudi-cando milhares e milhares de professoras e de professores no processo de atribuição de aulas

Os professores estão aqui também, as professoras na Assembleia Legislativa, contra a mudança da grade curricular feita há alguns dias atrás, através da publicação de uma resolucão da Seduc, da Secretaria Estadual de Educação, que diminui o número de aulas das matérias de humanas.

Como por exemplo, no ensino fundamental, o governo está retirando aulas, diminuindo a carga horária de história e de artes; no ensino médio, o governo está diminuindo o número de aulas de Filosofia e de Sociologia, um outro absurdo, um ataque à nossa Educação, sobretudo à área da Educação crítica e criativa do currículo escolar.

O governo nem esperou ainda a aprovação do projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, que foi enviado pelo governo federal, pelo Executivo, pelo MEC, que traz de volta as disciplinas obrigatórias, com carga horária obrigatória. Mas o governo pretende, parece-me, fazer uma reforma à parte, contra os estudantes do estado de São Paulo. Principalmente, em termos gerais, é a luta que nós estamos

travando no estado de São Paulo, Sr. Presidente, contra essa proposta criminosa do governador Tarcísio de Freitas em reduzir o orçamento da Educação de 30% para 25 por cento. Esse é um crime contra a escola pública. Lembro-me que em 1989 nós estávamos exatamente aqui na Assembleia Legislativa, aqui nas cadeiras, nesta galeria,

lutando para que fosse incluído na aprovação da constituinte estadual, na Constituição Estadual, que foi aprovada em 89... Em 88 foi aprovada a Constituição Nacional Federal, em

Brasília, em 89, aqui. Eu era professor da rede estadual, estava sentado em uma dessas cadeiras junto com a Apeoesp, junto